

ÍNDICE

Agradecimentos	xi
Resumo	xiii
Abstract.....	xiv
Siglas	xv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES E DA INDEPENDÊNCIA DOS TRIBUNAIS.....	9
1. Das origens e evolução histórica do Princípio da Separação de Poderes.....	9
2. Uma perspectiva contemporânea da doutrina da Separação de Poderes	18
3. A independência do poder judicial como garantia do direito de acção.....	24
4. O direito de acção na sua qualidade de garantia de defesa da dignidade da pessoa humana, tendo como pano de fundo o conceito de justiça.....	32
5. O direito à celeridade e à equidade processuais em contexto de efectivação do Direito	39

CAPÍTULO II

A TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA	45
1. Origem do princípio da Tutela Jurisdiccional Efectiva	45
1.1. A génese da Tutela Jurisdiccional Efectiva no plano internacional ..	45
1.2. A génese da Tutela Jurisdiccional Efectiva no direito português.....	52
1.3. O surgimento da Tutela Jurisdiccional Efectiva no direito angolano....	59
2. O direito fundamental à Tutela Jurisdiccional Efectiva	61
2.1. Direitos Fundamentais: uma breve reflexão sobre a sua origem.....	61
2.2. Conceito de Direitos Fundamentais	63
2.3. Características dos Direitos Fundamentais.....	65
2.4. Do direito fundamental à Tutela Jurisdiccional Efectiva, em concreto	67
3. Enquadramento constitucional do direito à Tutela Jurisdiccional Efectiva.....	69
3.1. A Tutela Jurisdiccional Efectiva na Constituição da República Portuguesa	69
3.2. A Tutela Jurisdiccional Efectiva na Constituição da República de Angola	84
4. O princípio da Tutela Jurisdiccional Efectiva em matéria administrativa.....	86
4.1. A questão na ordem jurídica portuguesa.....	86
4.2. O princípio da Tutela Jurisdiccional Efectiva em matéria administrativa na perspectiva da ordem jurídica angolana ..	91

CAPÍTULO III

O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EM PORTUGAL.....	95
1. Génese e evolução do contencioso administrativo desde 1976.....	95
1.1. Brevíssima retrospectiva histórica dos primórdios do contencioso administrativo português anterior a 1976.	95
1.2. Da evolução do contencioso administrativo desde Abril de 1974 até hoje.....	100
2. Os tribunais administrativos e fiscais.....	118
2.1 O Supremo Tribunal Administrativo	121
2.2. Os Tribunais Centrais Administrativos	125
2.3. Os Tribunais Administrativos de Círculo	127

3. As garantias dos particulares	130
3.1. A Acção Administrativa.....	132
3.1.1. Da condenação à prática do acto devido	144
3.1.2. Impugnação de normas e condenação à emissão de normas ...	147
3.1.3. Outros tipos de acções	148
3.2. Processos cautelares	149
3.3. Recursos.....	167

CAPÍTULO IV

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	191
1. A génese das garantias constitucionais.....	191
2. Conceito e caracterização das garantias constitucionais	196
3. As garantias constitucionais no ordenamento jurídico angolano.....	206
3.1. A aplicabilidade directa dos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias	208
3.2. O carácter vinculativo dos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias	209
3.3. As garantias constitucionais no ordenamento jurídico angolano — súmula.....	211
4. As garantias processuais constitucionais	212
4.1. As garantias processuais e procedimentais.....	214
4.2. O princípio da garantia da via judiciária.....	220
5. O recurso extraordinário de inconstitucionalidade.....	222
6. Da prestação de assistência judiciária aos mais desfavorecidos	230
7. Da eventual obrigação do Estado de indemnizar em consequência de desrespeito do dever de proferir decisão em prazo razoável.....	236

CAPÍTULO V

A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA EM ANGOLA	243
1. Abordagem histórico-jurídica do problema.....	243
1.1. Generalidades.....	243
1.2. Génese da organização judicial angolana	251
2. Princípios gerais da estruturação dos tribunais angolanos	253

2.1. Modelos de organização contenciosa administrativa e o caso angolano.....	253
2.2. A estruturação dos tribunais angolanos e os princípios e as regras gerais da nova organização e funcionamento dos Tribunais da jurisdição comum.....	262
3. Análise crítica dos meios processuais de acesso à justiça em Angola	289

CAPÍTULO VI

AS GARANTIAS	293
1. Abordagem conceptual das garantias dos particulares.....	293
2. As garantias no contexto jurídico angolano.....	307
2.1. O Estado social de Direito e a importância da participação dos particulares na formação das decisões administrativas.....	307
2.2. Tipologia das garantias	312
2.2.1. As garantias políticas	312
2.2.2. As garantias gratuitas.....	317
2.2.2.1. Garantias petitorias	318
2.2.2.2. A queixa para o Provedor de Justiça.....	324
2.2.3. Garantias impugnatórias.....	328
2.2.3.1. A reclamação.....	330
2.2.3.2. O recurso hierárquico (próprio)	331
2.2.3.3. O recurso hierárquico impróprio.....	333
2.2.3.4. O recurso tutelar	335
2.2.4. Garantias contenciosas	336
2.2.4.1 Breve síntese da evolução do contencioso angolano e enunciação de alguns dos seus principais problemas	336
2.2.4.2. Princípios do contencioso administrativo angolano ..	341
2.2.4.3. O recurso contencioso de anulação.....	349
2.3. O poder judicial como garantia dos direitos e interesses dos particulares	372
3. O problema da inexecução dos acórdãos e sentenças judiciais dos tribunais angolanos face às garantias dos particulares	377
CONCLUSÕES	387
BIBLIOGRAFIA	407